

# APESAR DO CRIME AMBIENTAL E DA INCÚRIA DOS REITORES, EACH MOSTRA GRANDEZA E VITALIDADE

Michele Schultz e Marcos B. de Carvalho  
Professores da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP

Daniel Garcia



“Rolê” dos estudantes da EACH na Cidade Universitária (2014)

*O prosseguimento dos trabalhos de investigação do solo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, a partir da interdição do campus em 9 de janeiro de 2014, atestou que o aterro ilegal continha contaminantes altamente tóxicos, como as bifenilas policloradas (PCBs), proibidas desde 1981. Em meio a tais notícias, assumia o novo reitor, M. A. Zago. Paradoxalmente, a Superintendência do Espaço Físico da USP, a mesma que colocara a placa indicando haver contaminantes com riscos à saúde, iniciou um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição*

A Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), inaugurada em fevereiro de 2005, já completou mais de 12 anos de existência. Surgida de um processo de autocrítica da Universidade de São Paulo, em meio às celebrações dos seus 70 anos, o projeto da assim chamada USP-Leste converteu-se em uma oportunidade da USP resgatar parte de sua dívida social, inovando em termos acadêmicos, pedagógicos e administrativos.

Implantando cursos de alto nível de engajamento social, estimulando a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e as pedagogias ativas de ensino-aprendizagem, em uma estrutura acadêmico-administrativa desprovida de departamentos, as inovações da Escola de fato se realizaram contemplando as três dimensões mencionadas: acadêmica, pedagógica e administra-



**Aterro ilegal: 6 mil viagens de caminhão**

tiva. O processo de materialização daquela que se tornaria a terceira maior unidade da Universidade demonstrou-se conveniente até mesmo em relação aos custos de sua criação e, como veremos, de manutenção.

Implantada às margens da Rodovia Ayrton Senna e da Linha 12- Saffra da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no caminho para o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o extremo leste da cidade, em terreno cedido pelo Departamento de Águas e de Energia Elétrica (DAEE) no interior do Parque Ecológico do Tietê e em ano eleitoral, a EACH foi barata na sua implantação. O início das atividades já apontava em quais condições a unidade funcionaria e que tratamento lhe seria usualmente dispensado pela alta burocracia acadêmica.

Em fevereiro de 2005, na ocasião da inauguração em que estiveram presentes o então governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o reitor Adolpho José Melfi, a unidade dispunha somente das salas de aula para o primeiro ano. Ou seja, os cerca de 1.040 estudantes ingressantes em 10 cursos de graduação tiveram garantidas suas aulas,

mas as/os docentes não tinham sala e dividiam espaço com funcionárias/os técnico-administrativas/os em um abrigo de obra. Não havia laboratórios, espaços de convivência, biblioteca e a única opção de alimentação foi improvisada em um segundo abrigo de obra.

As condições físico-ambientais do terreno também não eram das melhores, pois o local escolhido para implantação já tinha problemas de contaminação e de acúmulo de gases, por se tratar de antiga área de “bota-fora” de material dragado do Rio Tietê e de depósito de resíduos das atividades econômicas do entorno. Isso levou a USP a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre a Universidade e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Processo SMA nº 13.579/2004), que determinava algumas ações e compromissos para saneamento do local.

Dessa forma, as atividades tiveram início em condições de extrema precariedade: terreno contaminado, falta de infraestrutura e de recursos humanos. Além disso, a EACH começou a ser construída e se expandiu ao longo dos anos sem uma Licença Ambiental de Operação, documento



necessário e exigido para construção de edificações (cf. os termos da Licença de Instalação, expedida em abril de 2005), que só foi emitido pelo órgão de fiscalização, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) no final de 2012. Essa Licença Ambiental de Operação, ainda vigente, mas com vencimento no final deste ano, em 29/11/2017, contém 18 condicionantes, entre as quais a exigência de um “Relatório de Projeto de Recuperação Ambiental em Cumprimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental nº 158/05”.

Curiosamente, a Licença Ambiental de Operação, além de ter sido obtida sete anos depois do início do funcionamento da Escola, só foi emitida após novo evento de importância para o agravamento das condições físico-ambientais: um grande aterramento que envolveu as áreas central, lateral e frontal do *campus*. Nesse aterro foram despejados 109 mil m<sup>3</sup> de terra de origem até então desconhecida, o que correspondeu a cerca de 6 mil caminhões entrando na unidade entre os anos de 2010 e 2011.

**Na tarde de 6/9/13, várias placas foram instaladas nas bordas do aterro com logotipos da SEF e Cetesb e os dizeres: “Esta área encontra-se interdita por conter contaminantes com riscos à Saúde”. A comunidade iniciou um movimento para saber o que estava acontecendo**

Apesar dos avisos e advertências recebidos por sua assessoria e pela diretoria do Parque Ecológico do Tietê, durante essa grande e ilegal movimentação de terra em uma área de proteção ambiental, o então diretor da EACH, José Jorge Boueri, deu prosseguimento e autorização ao flagrante crime ambiental. Tal movimentação de terra, o conteúdo suspeito dos resíduos que a compunham, bem



Reunião aberta da Congregação...

como a sua origem desconhecida, geraram denúncia anônima no Ministério Público Estadual (MPE), que não só acatou a queixa, como prosseguiu com a investigação.

Na tarde da sexta-feira da Semana da Pátria de 2013, precisamente no dia 6 de setembro, várias placas foram instaladas nas bordas do aterro com os dizeres: “Esta área encontra-se interdita por conter contaminantes com riscos à Saúde”. Tais placas continham os logotipos da Superintendência do Espaço Físico da USP (SEF-USP) e da Cetesb. Fotografias foram rapidamente divulgadas e a comunidade iniciou um movimento para saber o que estava acontecendo.

Tal fato marcante, que merece ser lembrado, aconteceu em meio a uma grande crise de gestão, relacionamentos e credibilidade, na qual o diretor Boueri, além de sua responsabilidade pelo aterro ilegal, cerceava a participação de estudantes nos colegiados, perseguia colegas através de sindicâncias, ingerências nos relatórios da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), períodos proba-



... destitui o diretor J.J. Boueri

tórios e concursos públicos. No dia 11 de setembro de 2013, após pressão de vários setores da comunidade da EACH, houve uma reunião aberta da sua Congregação. Desta, o seu presidente, o diretor Boueri, saiu repudiado por um auditório lotado que pediu sua renúncia ou impedimento.

Ocupação da administração da unidade, greve e grande mobilização da maior parte da comunidade sucederam ao 11 de setembro. O movimento de estudantes, funcionárias/os e docentes exigia informações sobre o anúncio de interdição feito pela SEF-USP e Cetesb e se mobilizou intensamente no sentido de contribuir com a gestão dos problemas ambientais do *campus*. Tal pressão resultou na formulação de propostas de organização da comunidade que proporcionassem participação na condução e resolução desses problemas.

Como resultado disso, o então reitor, João Grandino Rodas, através de portarias (GR-6388 e GR-6389, de 29/10/2013) oficializou a existência de uma Comissão Ambiental e um Grupo de Trabalho Técnico, consti-

túidos majoritariamente por representantes dos diferentes setores mobilizados da EACH. Uma força-tarefa foi constituída com a finalidade de levantar informações junto à Cetesb, Ministério Público e à própria USP. Muita informação foi coletada nesse período e uma dúvida ainda permanecia: o solo depositado ilegalmente na EACH, além de tipificar crime ambiental, seria contaminado?

A SEF-USP (re)contratou a empresa Servmar para realizar análises do solo e fazer avaliação de risco à saúde das/os frequentadoras/es do *campus*. Essa mesma empresa já havia prestado serviços quando da implantação do *campus*, apresentando em 26 de outubro de 2005 o “Relatório de Diagnóstico Ambiental USP *Campus* Zona Leste - MA/3134/05/SNH”, em que apontava “contaminação da atmosfera gasosa do subsolo, constituída principalmente por gás metano, e contaminação do solo e da água subterrânea” (cf. declarações de documento da própria SEF-USP).

**Soube-se que o aterro ilegal continha alguns contaminantes de alto nível de toxicidade, como as bifenilas policloradas (PCBs). Ao mesmo tempo, o atual reitor assumia seu posto. Paradoxalmente, a SEF iniciou um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição**

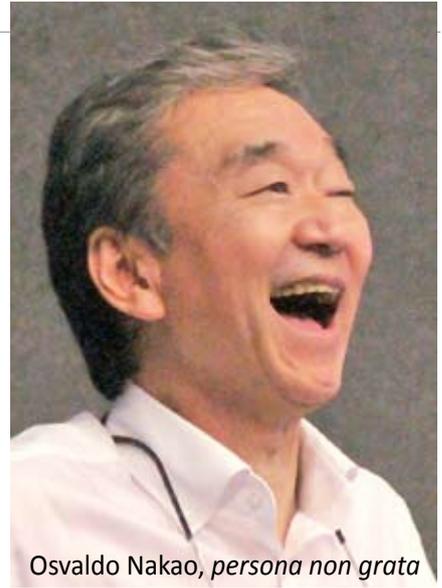
Agora, novamente a empresa Servmar realizaria coletas e análises, com vistas a avaliar o possível agravamento da situação físico-ambiental promovido pelo aterro de 2010/2011. Enquanto isso se processava, o MPE, em dezembro de 2013, solicitou a interdição da EACH. A justiça acolheu e ordenou a execução da interdição, o que aconteceu a partir de 9 de janeiro de 2014, coincidindo com o início da gestão reitoral de M.A. Zago e V. Agopyan.

Com o prosseguimento dos trabalhos de investigação do solo, a partir da interdição, que se estendeu até 18 de agosto de 2014, recebeu-se a notícia de que, de fato, o aterro ilegal continha contaminantes e alguns de alto nível de toxicidade, como as bifenilas policloradas (PCBs), proibidas no Brasil desde 1981 (cf. Portaria Ministerial que proibiu além do uso, a comercialização, o transporte e o descarte dessas substâncias, popularmente também conhecidas como *ascarel*), por causa dos vários efeitos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Como vimos, em meio às surpresas com tais notícias, o atual reitor, M. A. Zago, assumia seu posto. Surpreendentemente e, talvez, paradoxalmente, a SEF-USP, a mesma que havia colocado a placa indicando haver contaminantes com riscos à saúde nas áreas aterradas, iniciou, no caso da constatada contaminação do solo, um processo de desconstrução técnica e teórica dessa condição, em nada parecido com as medidas práticas adotadas para mitigar os problemas relacionados ao gás metano do subsolo (controlados pela instalação de 23 bombas de ventilação que impediriam sua concentração no interior dos edifícios).



M.A. Zago puniu J.J. Boueri (lápiz na mão) com apenas 120 dias de suspensão, apesar do grave crime ambiental cometido



Osvaldo Nakao, *persona non grata*

No caso do solo, uma conveniente mudança nos valores orientadores para intervenção em áreas contaminadas, promovida pela Cetesb em fevereiro de 2014 (publicada no *Diário Oficial do Estado* em 21/2/2104), em um passe de mágica fez com que aquilo que era considerado problemático até final de 2013, deixasse de sê-lo a partir do ano seguinte. Na EACH, graças a essa mudança, restaram apenas uns poucos e, segundo alguns, “desprezíveis” pontos contaminados e localizados fora da área central do *campus*.

Mas o fato é que os contaminantes continuavam por lá, assim como igualmente a matéria fruto do crime ambiental praticado continuava espalhada pelas principais áreas do *campus*, que agora poderia ser liberado, graças não às atitudes de descontaminação e/ou de remoção do solo problemático, mas sim às portarias, às pressões políticas e às adesões conquistadas em parte da comunidade que já estava cansada de se ver privada de seu local de trabalho e estudo, rendendo-se às tecnicidades dos argumentos.

**Osvaldo Nakao (SEF), nomeado pelo reitor, chegou a acusar as/os docentes da EACH de conspiração para “melar o governador”. Numa clara inversão de valores, buscava culpar as vítimas e os que denunciavam a contaminação e o descaso como os responsáveis pela interdição**

Os que insistiam no saneamento do *campus* e propugnavam pela apuração das responsabilidades foram inclusive atacados pelos dirigentes da nova administração da Universidade. O novo superintendente da SEF-USP, Osvaldo Shiguero Nakao, nomeado pelo reitor M.A. Zago, chegou a acusar as/os professoras/es da Escola de estarem envolvidas/

os em uma conspiração para “melar o governador, porque são do PT, do PCO e do movimento operário” (*sic*), segundo suas próprias palavras, gravadas em vídeo amplamente divulgado e ainda disponível na Internet (<http://bit.ly/2vjkrPm>). Numa clara inversão de valores, buscava culpar as vítimas e os que denunciavam a contaminação e o descaso com que estavam sendo tratados, como os responsáveis pela interdição que, segundo a autoridade nomeada por M.A. Zago para cuidar do *campus*, estavam motivados pelo fato de “que muitos deles querem voltar lá p’ra USP...” (*sic*), em um evidente ato falho que demonstra a percepção que algumas autoridades da atual administração têm da EACH, como se esta sequer pertencesse à própria USP.

A Congregação da EACH, em função disso, em reunião realizada em 28/4/2014 declarou Nakao *persona non grata* na Escola, pedindo sua destituição do cargo que ocupava e da função de interlocutor com a comunidade da escola. Nakao, que chegou a ser promovido para a chefia de ga-

binete do reitor (em 6 de agosto de 2015), ainda permanece como superintendente da SEF-USP.

Desde meados de 2014, como dissemos, a EACH voltou ao seu funcionamento, normal e desinterditada. Grande parte da razão que motivou sua interdição, no entanto, permanece onde está e sem qualquer alteração. Com exceção das providências tomadas em relação ao gás metano, a que já aludimos, tudo continua como dantes. Embora estudantes, funcionários/os e docentes, com intermediação e apoio da Adusp (entidade, aliás, que esteve sempre presente ao longo de toda essa história), tenham trabalhado para que a desinterdição viesse acompanhada de um novo TAC — dessa vez firmado entre USP e MPE, para que tivéssemos garantias de que a USP realizaria de fato as ações necessárias à descontaminação e remoção do solo proveniente do aterro criminoso — as escaramuças técnicas e o argumento de que os graus de contaminação não ofereciam risco à saúde prevaleceram sem que o novo TAC fosse assinado.

No início de 2017, novo relatório realizado pela ConAm-Consultoria Ambiental Ltda., intitulado “Investigação Ambiental Detalhada, Avaliação de Riscos Toxicológicos na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP”, concluía que “a análise de todas as informações coletadas neste estudo ambiental aponta para a não existência de risco à saúde humana para as condições atuais do terreno”.

Mas alegar que não há risco à “saúde humana” (mesmo admitindo, contraditoriamente, que “não foi identificado risco à saúde humana inaceitável”, como afirma o mencio-

nado documento), pautando-se em um conceito de saúde que desconsidera a integralidade biopsicossocial das pessoas, conforme adotam as principais organizações e agências reguladoras de saúde, é no mínimo discutível.

## **A EACH, que é grande em território e em número de estudantes, demonstrou nesse período ser também grande pela qualidade das pessoas. Desde 2005, enfrentando todas as dificuldades e escaramuças que relatamos, avançou no ensino, pesquisa, cultura e extensão**

Além do mais, toda a história dos problemas físico-ambientais do *campus*, considerando desde a sua implantação até a ocorrência do crime ambiental, passando pela interdição, entre outros fatos que já mencionamos, evidentemente afetou muitos de nós das mais diversas maneiras, incluindo as relações interpessoais.

Apesar disso, a vitalidade da Escola e seu corpo coletivo não sucumbiram.

A EACH, que é grande em território e em número de estudantes, demonstrou nesse período ser também grande pela qualidade das pessoas que a fazem funcionar. Desde 2005, enfrentando todas as dificuldades e escaramuças que relatamos, avançou

no ensino, pesquisa, cultura e extensão. Por iniciativa do corpo docente, foram criados 11 programas de pós-graduação, nuclearam-se pesquisas, formaram-se estudantes que vêm apresentando excelente desempenho nas suas áreas de atuação.

A comunidade continua empenhada em desenvolver e aprimorar os pilares básicos da implantação da EACH: interdisciplinaridade, ausência de departamentos, inovação pedagógica e interação com o entorno.

Nesse sentido, toda a comunidade recentemente se envolveu em amplo processo de aprimoramento acadêmico-administrativo da Escola. Desse processo emergiu uma nova proposta de organização que não só retoma e aprimora os pilares a que nos referimos, mas busca contemplar a diversidade de formações e atuações do corpo docente. Em lugar dos tradicionais e disciplinares departamentos, organizamo-nos em Núcleos de Pesquisa e Docência (NPDs), ampliamos a representatividade da Congregação e criamos um Conselho da Comunidade para garantir e institucionalizar a participação de representantes das comunidades do entorno do *campus*, que, diga-se de passagem, são fortemente responsáveis pela nossa própria existência.

Como se vê, seguimos com o projeto inovador da EACH. Esperamos que os altos dirigentes da Universidade não impeçam isso! Pois, no que depender dos seus profissionais, estudantes e demais frequentadoras/es, esse verdadeiro microcosmo da USP que nos tornamos, continuará fazendo jus àquilo que dela própria se diz: o fato de ser grande, de excelência e de qualidade, apesar de seus dirigentes.